

# Da luta de classes ao jornalismo neoliberal: imprensa e poder na década de 1980

Marco Antônio Roxo da Silva

Hoje você tem jornalistas românticos, os mais velhos, que fizeram esse grande jornalismo dos anos 1950, 1960 e 1970 e você tem a garotada que está reinventando a roda. Então você tem duas tendências se confrontando: o pessoal do mercado, a garotada, um copia o outro, um denuncia o outro, denuncia o que o outro denunciou, e ninguém faz um jornalismo denso, e você tem a geração mais velha, que é extremamente crítica.

(Alberto Dines)<sup>1</sup>

Se nos anos 1970 era possível sobreviver no mercado jornalístico quase ignorando o fato de que se estava no mercado como fazia a própria *Folha* em sua redação, nos anos 1980 isso se tornou impossível. As normas e os padrões da sociedade de mercado não podiam mais ser evitados numa cidade como São Paulo.

(Carlos Eduardo Lins da Silva)<sup>2</sup>

Os discursos acima indicam o sentido controverso e polêmico das mudanças ocorridas no jornalismo brasileiro na década de 1980. Em ambos os discursos, as avaliações do significado desse período para o jornalismo remetem, num caso, de forma explícita e, no outro, implicitamente, a um momento inaugural anterior: a fundação do jornalismo “moderno” no Brasil nos anos 1950.

Alberto Dines criou uma variável geracional, opondo novos e antigos jornalistas. No papel de “velho” jornalista, Dines reforça e dá positividade às reformas promovidas por ele e por um conjunto de agentes que atuavam no campo jornalístico na década de 1950, rebaixadas pelas técnicas do marketing comercial que se hegemonizaram a partir dos anos 1980. Carlos Eduardo Lins da Silva, um dos reformadores da *Folha de S. Paulo*, num discurso de defesa, argumenta que nesses anos a lógica de mercado se tornou um fator estrutural determinante nas práticas jornalísticas, diluindo o peso das ações e dos valores dos “velhos jornalistas”.

O ponto unificador desses dois momentos históricos do jornalismo brasileiro é a centralidade dos valores do jornalismo norte-americano, em especial a questão da objetividade. Se a memória sobre as reformas dos anos 1950 ganhou um contorno homogêneo e positivo como expresso na fala de Diniz, muito desse olhar deriva do papel que o modelo americano de jornalismo objetivo teve na construção de uma identidade profissional e na autonomização do campo jornalístico como gênero

discursivo da literatura e da política. Nas duas décadas seguintes, em meio à censura imposta pelo regime militar, a defesa da objetividade e da responsabilidade social do jornalismo era, por parte dos profissionais, um ato político de resistência e de construção afirmativa da identidade (Ribeiro, 2000).

Paradoxalmente, a objetividade também está associada à transformação do jornalismo em um negócio. Sua adoção pelas empresas na década de 1980 estava no centro de uma disputa política, na qual o jornalismo passou a contribuir com a legitimação de uma agenda marcada pelo “pensamento único”, suprimindo o pluralismo de idéias de seus espaços. Com base nesses argumentos, o jornalismo foi acusado de construir um consenso em torno da centralidade do mercado como instância reguladora dos interesses e demandas sociais.

É esse caráter polêmico sobre a memória do jornalismo nos anos 1980 que dá destaque especial para o período. Tomando esse eixo diacrônico como uma arena de debates, pode-se perguntar: Que modelos de jornalismo estiveram em disputa nesse período? Que rupturas e continuidades ocorreram nas práticas e valores jornalísticos em relação ao passado? Quais foram os agentes centrais presentes nessa disputa? Que influências os fatores conjunturais (econômicos, políticos) e estruturais (tecnológicos, empresariais e administrativos) tiveram sobre a mesma?

Antes de continuar, cabem duas observações. Assim como o caráter homogêneo da memória sobre as reformas ocorridas nos anos 1950 foi questionado em alguns trabalhos, minha intenção neste artigo é problematizar e tentar ampliar o eixo direcional da polêmica que circunscreveu a oposição entre Alberto Dines e Carlos Eduardo Lins da Silva: o Projeto Folha, que reformou o jornal *Folha de S. Paulo* no transcurso da década de 1980. O problema aqui não é diluir a importância do mesmo, mas destacar que a sistemática campanha de construção de memória em torno do *Projeto* teve como consequência a redução e a polarização do debate a apenas uma variável: o jornalismo de mercado, contra ou a favor. Cabe, como segunda observação, ressaltar que este texto é também um esboço inicial da introdução de minha tese de doutorado. Por ter um caráter indagador, que pretende alavancar questões e hipóteses sobre o objeto proposto para pesquisa, os problemas por ele levantados só poderão ser respondidos com a coleta de dados empíricos consistentes.

Em vista disso, a minha estratégia inicial para ampliar os contornos dessa polêmica é situar as disputas e discutir as mudanças ocorridas no transcurso desse período em torno do conflito ético que permeou o campo jornalístico, opondo tradições passadas, lutas presentes e projeções futuras. A idéia é estruturar os modelos jornalísticos tomando por base uma disputa identitária que, na minha hipótese, norteou as lutas em torno da definição de autoridade profissional, opondo três tipos idealizados

de jornalistas: o “intelectual”, no qual o jornalista é portador de valores genericamente universais e humanistas, assumindo algumas vezes o papel de porta-voz da nação; o “trabalhador”, com o jornalista centrado numa visão classista e particularista da sociedade, de viés sindical; e o “profissional”, fruto do deslocamento do jornalismo da esfera da política para a da influência do mercado.

Ao situar a década de 1980 como uma arena de debates em torno de um modelo ideal de jornalismo, o meu objetivo central é descortinar as principais linhas de um campo de forças no qual determinados agentes históricos disputaram entre si a capacidade de definir o papel social do jornalista brasileiro no decorrer de uma conjuntura histórica específica.

Assim, a hipótese é que os Sindicatos de Jornalistas Profissionais tiveram um papel importante na configuração do etos profissional que os jornalistas foram incorporando durante a década de 1980. Isso não secundariza o papel exercido pelas empresas e por outros agentes, mas me leva a perceber uma disputa de influência destes agentes institucionais na determinação dos valores que deveriam reger as práticas do jornalista como profissionais.

Assim, tomando como referência o mercado jornalístico do Rio de Janeiro e de São Paulo, pretendo conduzir as matrizes desse debate indicando, indicialmente e de forma genérica: 1) a forma como as empresas jornalísticas se reestruturaram nesse período; 2) o nível de transformação das rotinas de produção noticiosas e as modificações no fazer jornalístico; 3) o papel dos sindicatos na luta por novos nichos de trabalho para os jornalistas; 4) de que forma essas instituições procuraram formar os jornalistas como classe e corporação.

## **A TEORIA E OS TIPOS**

Para dar conta desse universo de disputa criei as formas de representar os jornalistas como “trabalhador”, “profissional” e “intelectual”, mencionadas acima. Definirei essas formas de representação como tipos ideais. Segundo Max Weber (2001), a opção metodológica pelo uso dos tipos me permite estabelecer uma conexão de sentido entre a postura idealizada (logo abstrata) que os tipos representam e as práticas políticas concretas dos jornalistas, entendidas como “desvios” da ação racional idealizada por parte dos agentes.

A intenção não é explicar os fatos históricos com base na sua lógica imanente, mas interpretá-los de forma lógica e coerente. Para Weber, este procedimento não deve ser visto como um preconceito racionalista, mas somente como um recurso metodológico, pois ele não implica a crença de um predomínio racional e, portanto, idealizado, na vida (Weber, 2001).

As categorias marxistas (trabalhador, classe, luta de classes, intelectual orgânico e sociedade civil) usadas adiante não foram por mim tomadas no uso estrito com que discurso acadêmico as emprega, mas como modelos analíticos que me permitem descrever parte do comportamento dos jornalistas durante a década de 1980.

O modelo do jornalista como trabalhador tem como principal referente o conceito de classe. O termo “classe” nos põe diante de uma dupla implicação: de um lado, ele tem relação com o lugar social ocupado pelo agente no âmbito da produção material; de outro, essa determinação sociológica nos distancia do processo ou experiência por que o agente é capaz de estabelecer uma relação de pertencimento e forjar uma identidade de interesses com determinado grupo social. É o velho problema da formação da consciência de classe, ou, dito em outros termos, da passagem da *classe em si* para a *classe para si*.

Essa dupla confluência entre a dimensão histórica e a sociológica é que nos permite usar o conceito como categoria analítica para dar entendimento ao comportamento coletivo de agentes históricos com valores, experiências e tradições distintos dos do operariado fabril, como, por exemplo, os jornalistas. Assim, é tratando os jornalistas como classe que vamos observar de que forma eles enfrentaram os novos determinismos estruturais e o comportamento das empresas como verdadeiros aparelhos ideológicos, seja no sentido de impor, de forma coercitiva ou não, normas e condutas aos seus profissionais, seja no de garantir a manutenção e a reprodução da ideologia de mercado.

O modelo de jornalista intelectual está centrado na luta por valores universais e na capacidade de este agente influir na articulação de grupos, classes ou fração de classes para constituir um bloco de poder capaz de dar sustentação (consenso) ou de criar uma contra-hegemonia ao poder dominante (dissenso). O papel de mediação entre diversos setores da sociedade civil o aproxima do intelectual orgânico de Antônio Gramsci.

Por ocupar lugar em organismo de difusão cultural e ter uma relação “mediada” com todo o corpo social (na medida em que a sua obra circula por todas as classes), o jornalista tem autonomia relativa quanto às tensões que sofre por seu trabalho se dar, modernamente, num edifício da indústria cultural. Cooptações salariais, hierarquias internas e projetos editoriais das empresas jornalísticas funcionam como limites ao exercício dessa autonomia, os quais não devem, entretanto, impedir o jornalista de procurar exercer uma função hegemônica (formação da vontade coletiva) de natureza ideológico-cultural (Gramsci, 2000).

O modelo de jornalista profissional sofre as influências exercidas pelo jornalismo objetivo praticado nos Estados Unidos e com o papel de “cão de guarda”

(Gans, 1979) que o jornalista assume nesse ambiente. O modelo advoga um compromisso político fundamental com a objetividade na descrição dos fatos (Soloski, 1993; Shudson, 1978), com a representação dos interesses do cidadão individual diante do Estado e das grandes organizações (Hallin e Mancini, 1984) e com o sistema de divisão de poderes como um todo (Cook, 1998). A crença na objetividade só se firma onde haja um consenso fundamental em torno de valores e instituições (Ettema e Glasser, 1998) e onde a ordem seja vista como “estável”.

Além disso, outros estudos têm registrado o papel que a exploração da narrativa jornalística (Carey, 1986), a valorização da sua proximidade em relação à lógica do senso comum (Geertz, 1998) e o uso de tecnologias de comunicação sofisticadas (Zelizer, 1992) desempenharam neste modelo. A reivindicação do papel de intérpretes legítimos da realidade põe os jornalistas em disputa com outros agentes sociais, mas também proporciona disputas no interior da própria comunidade jornalística, opondo editores a repórteres, veteranos a novatos e jornalistas de veículos diferentes (Zelizer, 1992; Darnton, 1995).

Evidentemente, os tipos não esgotam as formas de representação dos jornalistas e nem estão claramente identificados num único indivíduo ou grupo no interior do jornalismo. Com eles procuro estabelecer conexões com as linhas de força representadas por três conjuntos de agentes presentes no campo na conjuntura dos anos 1980: as empresas jornalísticas, os sindicatos e, relativamente tensionados entre esses dois pólos, um grupo de jornalistas que teve formação autodidata e participou ativamente da reforma dos principais jornais do país nos anos 1950/1960 e que intitulei como reformadores.

É preciso frisar, em relação às empresas jornalísticas, que cada uma tem sua própria história e vínculos específicos com a sua região. Não vamos abordá-las aqui, mas destacar que o mercado jornalístico paulista tinha, na conjuntura estudada, peculiaridades próprias em virtude da pujança da economia paulista em relação ao resto do país. Daí a forte ampliação desse mercado para além do âmbito das empresas essencialmente jornalísticas, como as assessorias de imprensa, agências de publicidade, editoras de diversos tipos de revistas, e a criação de departamentos de comunicação no interior de corporações empresariais de natureza diversas. Enfim, São Paulo era um mercado em expansão, com a transformação de parte das empresas jornalísticas em conglomerados e a sua diversificação para além do âmbito dos jornais.

O Rio de Janeiro, por sua vez, conviveu com esse fenômeno, mas não com a mesma intensidade. No mercado carioca, o processo de concentração empresarial já se apresentava no início da década de 1980 relativamente “atenuado”, com uma certa sedimentação na ocupação de lugares no mercado de compra e venda

de jornais. A existência de um grande número de empresas estatais era um fator limitador para a expansão de empresas de assessoria e a força da economia paulista era um foco de atração para empresas de publicidade e editorias.

Quanto aos sindicatos de jornalistas, o paulista estava sob a forte influência do novo sindicalismo, cujo modelo de ação tinha origem e centro no setor moderno da economia, na autonomia diante dos partidos e do Estado, na organização voltada para a base e no ímpeto reivindicativo direcionado para os interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, o confronto com o patronato e/ou o governo era uma das estratégias para firmar a identidade desse modelo de ação sindical em relação ao passado, baseado no acordo e na reciprocidade entre trabalhadores, empresas e Estado. No Rio de Janeiro, a maior influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e sua visão da importância da modernização como uma etapa necessária e evolutiva em direção ao socialismo, bem como a forte presença do Estado na economia, impunha um modelo de ação distinto, baseado na aliança de interesses entre a burguesia nacional e os trabalhadores e no colaboracionismo entre as classes e o Estado.

Em relação ao terceiro grupo, sua influência transcende um pouco as questões regionais. Os nomes desses jornalistas, chefes de redação, editores, redatores, estão ligados aos momentos de reforma dos determinados empreendimentos jornalísticos, como Cláudio Abramo, da *Folha de S. Paulo*, Alberto Dines, do *Jornal do Brasil*, Mino Carta, da revista *Veja* e do *Jornal da Tarde*, e ao papel que tiveram por abrirem suas colunas ao conjunto de forças da sociedade civil na luta contra a ditadura militar. Seus nomes possuem uma aura, a de defensores de um modelo de jornalismo liberal, imposto nos anos 1950, capaz conciliar o profissionalismo com a defesa da autonomia, da capacidade criativa e do compromisso dos jornalistas com o espírito público, enfim, com valores que faziam do jornalismo uma missão. Nos anos 1980, boa parte dos componentes desse grupo perdeu o lugar no comando das redações, mas conservou o *status* e se manteve ativa no debate, criticando e condenando os destinos do jornalismo em diversos fóruns de discussão, como universidades, sindicatos e revistas, e/ou publicando livros de memórias.

Esses três grupos de agentes, entre outros, exerceram uma considerável influência nas questões relativas à identidade profissional dos jornalistas, tentando normatizar valores e procedimentos, às vezes de forma harmônica, às vezes de forma conflituosa, que pudessem ser considerados como “profissionais”. Isso, por sua vez, evoca uma relação desses três grupos com a construção da memória e as representações derivadas do passado.

Assim, enquanto para as empresas os anos 1950 ainda representavam um período de hegemonia de um jornalismo boêmio e romântico, para os reformadores

a maior sistematização discursiva dos jornais, comandada por eles, em grande parte, com a introdução de valores e técnicas narrativas oriundos do jornalismo norte-americano, fez desse período um marco inaugural de modernização e profissionalização das práticas jornalísticas. Já para os sindicalistas, a exigência do diploma superior de jornalismo para o exercício profissional é que deu uma maior estruturação à prática do jornalismo como profissão. Nos três casos, há sempre uma construção a respeito das representações do jornalismo no passado, na qual essa prática social carecia de maior sistematização discursiva e as relações profissionais eram vistas como precárias. As explicações vão desde o capitalismo tardio até os estágios de influência da cultura brasileira, ora sob a influência francesa, ora sob a norte-americana. Isso me leva a perguntar: Por que a questão da identidade profissional aflorou nos anos 1980 e qual o peso dos modelos externos nessa discussão?

### AS MATRIZES DO DEBATE

Minha intenção aqui é retomar as questões levantadas anteriormente e relacioná-las a dois contextos que influenciaram a década de 1980. O primeiro, mais amplo, foi marcado respectivamente por mudanças da seguinte ordem: 1) de natureza política, com a rearticulação dos blocos de poder. Esse quadro diz respeito à consolidação do processo de distensão política, pluripartidarismo, presença de movimentos sociais na cena política, Assembleia Constituinte e a eleição direta para presidente da República, 2) de natureza econômica, com a inflexão no padrão de desenvolvimento do país, o crescente endividamento externo, a política inflacionária, o descontrole cambial e as greves de trabalhadores. Se houve avanços concretos na institucionalização do Estado de Direito, no campo econômico o quadro era de crise com baixo crescimento da economia.

O segundo é um contexto mais específico, no qual o campo jornalístico foi afetado pelos fatores apontados acima e por outros, inerentes à dinâmica do próprio setor. Assim, em relação ao ambiente externo às empresas, temos o avanço no processo de concentração e diversificação empresarial, a concorrência darwinista entre as empresas por nichos de mercado, uma ação corporativa cujo exemplo é a criação da Associação Nacional dos Jornais (1979) e o desenvolvimento da visão do jornalismo como negócio.

Em relação ao ambiente interno, houve uma reorganização da estrutura burocrática dos jornais derivada de diversos fatores, cujos principais identificamos como: 1) investimento em tecnologia (uso de fax, *release* e terminais de computadores) para favorecer a política de redução dos custos operacionais e de mão-de-obra (extinção

dos redatores e dos revisores); 2) controle da produção noticiosa (a exigência do texto pronto aos repórteres e controle quantitativo dos erros gramaticais); 3) re-dimensionamento espaço-temporal das redações; 4) criação de novas estruturas de poder, como os conselhos editoriais; 5) política de formação de quadros jornalísticos com a criação de cursos pelas empresas; 6) projetos editoriais impondo a definição de um modelo de jornalismo e a política de fidelidade dos jornalistas às empresas.

Esses movimentos das empresas foram interpretados, em síntese, como um distanciamento do jornalismo em relação à política, o que significou para o jornalista uma maior afirmação profissional em detrimento do caráter militante da profissão adquirido no passado. Assim, na minha hipótese, dois movimentos podem ser observados em dois lugares distintos: 1) a luta das empresas jornalísticas por um ideal de profissionalismo centrado nas premissas do distanciamento da política e na defesa do discurso da objetividade jornalística e que tivesse como parâmetro não a regulação profissional existente, mas as regras de mercado; e 2) a resistência dos Sindicatos de Jornalistas, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo, a esse processo, uma vez que ele significou, para os ativistas sindicais e outros agentes, uma ameaça não só ao retraimento da autonomia interpretativa dos jornalistas, mas também àquilo que estruturava o vínculo dos jornalistas como profissionais, a obrigatoriedade da formação superior em Jornalismo, garantida pelo Decreto-Lei 972, de outubro de 1969.

A discussão sobre a maior profissionalização do jornalismo brasileiro não é nova. Relatos indicam os anos 1950 como uma década de reformas na qual o jornalismo se afirmou como empreendimento típico da Indústria Cultural. Houve mudanças na estrutura administrativa das empresas em direção a uma maior padronização e racionalização do processo de produção e circulação do material noticioso. Práticas inerentes a um modelo empresarial de gestão começaram a se hegemonizar (Ribeiro, 2000).

Para determinado grupo da elite de jornalistas comprometida com essas reformas (Samuel Wainer, Alberto Dines, Jânio de Freitas, Pompeu de Souza, entre outros), era importante existir uma maior sistematização de um saber técnico-discursivo e de uma norma que ditasse as condutas profissionais para além das políticas particulares das empresas. Para essa elite o sentido modernizador das reformas estava em: 1) tornar o jornalismo uma prática social mais respeitável, pois a objetividade fornecia ao jornalista uma certa autonomia frente aos interesses econômicos e as disputas políticas; 2) mostrar que a ancoragem nos fatos dava ao jornalista mais autoridade e credibilidade perante o público; 3) garantir que a objetividade fosse um instrumento com o qual essa elite pudesse lutar para profissionalizar as práticas jornalísticas e se impor frente ao amadorismo dos velhos

jornalistas, acusados de fazer da atividade um instrumento para atingir fins diversos, como benefícios pessoais e cargos públicos (Ribeiro, 2000).

As críticas ao “novo” modelo estavam relacionadas a três fatores ainda presentes no debate sobre o jornalismo: 1) a acusação de “americanização” do jornalismo brasileiro, feita por grupos de jornalistas influenciados pela ideologia nacionalista e/ou esquerdista; 2) a valorização da intervenção subjetiva do jornalista na descrição dos fatos (“espirituosidade”, “toque analítico”, “interpretação emocional”); 3) a visão do papel dos jornalistas e dos jornais como formares e cristalizares de opiniões; 4) a crença de que o fazer profissional deveria encampar um caráter missionário e civilizatório.

De certa forma, o projeto de reformas foi vencedor, pois a imposição das técnicas foi um fato e se tornou critério de avaliação da competência profissional. Além disso, a autoridade dos nomes envolvidos nesse processo deu uma certa homogeneidade à memória desse período, apagando as polêmicas que giravam em torno dos jornalistas como comunidade discursiva (Ribeiro, 2000).

Nos anos 1980, havia uma matriz discursiva explicitada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, enfatizando a necessidade de se radicalizarem e direcionarem, via mercado, as reformas do período anterior. As diretrizes contidas no Projeto *Folha* eram: 1) diluição do “impacto opinativo” do jornal; 2) ênfase no caráter técnico e informativo; 3) apartidarismo; 4) controle da produção associada aos procedimentos técnico-organizacionais. Entre estes: melhora do fluxo interno de informações jornalísticas, cumprimento de cronogramas industriais, critérios homogêneos para tomadas de decisões, controle dos erros de apuração e de escrita.

O processo de reformulação do jornal começou, de forma processual, em 1981. Em primeiro lugar foi exigida das chefias fidelidade ao Projeto Editorial da *Folha*. A lógica dessa decisão era evitar um outro tipo de fidelidade, a sindical, pois diversos editores e chefes de redação participaram da greve dos jornalistas de maio de 1979. Depois, a *Folha* adotou como bandeira o “apartidarismo”, procurando vinculá-lo ao profissionalismo. O ápice do processo se deu de 1984 a 1987, quando o investimento em novas tecnologias facilitou a implementação de novas formas de controle da produção, como a quantificação dos erros e falhas de procedimentos normativos ocorridas no espaço da redação.

A *Folha* exponencializou as técnicas de marketing e promoções de venda por assinatura, e esse apelo ao mercado representou a escravização da autonomia do jornalista aos desejos do leitor. Além disso, a introdução abrupta da tecnologia da informática em sua redação teve um caráter impositivo, gerou 447 demissões e teve o propósito de controlar e padronizar a produção textual. Com isso, o jornal reduziu

ao máximo a improvisação e a capacidade criativa de seus jornalistas, convertendo a produção discursiva destes aos parâmetros básicos do jornalismo objetivo praticado nos Estados Unidos (Lins da Silva, 1988).

A ênfase sobre os aspectos negativos derivados dessas mudanças foi vocalizada pelos Sindicatos de Jornalistas Profissionais e pelos reformadores do passado, estes últimos desconectados dos cargos de comando nas empresas e, alguns deles, fora delas. Sofriam dos efeitos das transformações pelas quais passou o jornalismo e viam as mudanças com um olhar “apocalíptico”. O motivo dessa visão pessimista era a impressão de que os interesses jornalísticos estavam subordinados à lógica administrativa e comercial dos grandes conglomerados de mídia.<sup>3</sup>

Para Carlos Eduardo Lins da Silva, a cultura jornalística brasileira era avessa ao método e à disciplina exigidos para um moderno empreendimento de características industriais. Na sua visão, a objetividade tinha importância estratégica para a lógica comercial das empresas num mercado plural e difuso em termos de opinião e gostos (Lins da Silva, 1988). O caráter normativo embutido no ressurgimento da estratégia de estabelecimento da lógica da objetividade estava relacionado a dois fatores: 1) a imposição de um freio à solidariedade sindical; 2) a relação entre a aplicação dos princípios do jornalismo objetivo e os projetos editoriais particulares de cada empresa.

Em relação ao primeiro item falarei mais adiante. Quanto ao segundo, cabem alguns esclarecimentos. Para os jornalistas americanos, a objetividade não é uma crença, mas um conjunto de procedimentos necessários para o reconhecimento externo da autoridade profissional, e é fator de identidade grupal. Como norma compartilhada pela comunidade dos jornalistas ela tem características transorganizacionais e permite o controle relativo dos jornalistas sobre aquilo que eles definem como profissional (Soloski, 1993).

No Brasil, além da falta de consenso sobre os procedimentos que devem reger as práticas profissionais, o debate é travado sobre uma noção essencialista da objetividade (vista como ideal inalcançável). Assim, cada empresa procurou firmar sua deontologia profissional, na qual o alinhamento dos jornalistas à objetividade é visto como uma adesão deste agente às políticas editoriais dos jornais (Abramo, 1997, p. 291-297).

Os Sindicatos de jornalistas, por seu lado, encaparam desde o fim da década de 1970 um discurso de caráter classista e agiram no sentido de tentar delimitar e distinguir as identidades de interesses dos jornalistas assalariados e das empresas jornalísticas. Pode-se relacionar a dinâmica sindical dos jornalistas a dois contextos. O primeiro vai até meados da década de 1980 e envolve os sindicatos num embate

com as empresas dentro de um duplo aspecto: 1) ações de caráter ofensivo visando quebrar um pacto de convivência criado artificialmente na imprensa durante momentos mais intensos da ditadura e sedimentar a representação do jornalista como “trabalhador”; 2) um quadro de saturação do mercado de trabalho em virtude da concentração do mercado de trabalho nas redações e da proliferação das faculdades de Comunicação, fator responsável pelo aumento da quantidade de mão-de-obra disponível no mercado.

O segundo contexto da ação sindical se enquadra, a partir de 1985, não só num movimento de resistência em resultante do impacto das novas tecnologias no ambiente das redações e das conseqüências relacionadas aos processos de controle da produção noticiosa como também no atendimento de demandas corporativas cuja intenção era garantir nichos do mercado de trabalho fora do ambiente das redações aos jornalistas, como as assessorias de imprensa.

O primeiro contexto está relacionado a duas vertentes de luta. De um lado, os sindicatos de jornalistas se envolveram com a tentativa de se criar, no âmbito da sociedade civil, um novo modelo comunicação para o país. A filosofia embutida na proposta era fazer dos grupos e classes representativos dos segmentos majoritários da sociedade agentes do processo comunicativo e não mais consumidores passivos da informação “alienante” posta em circulação pelos meios de massa. No bojo da proposta estava a quebra do monopólio exercido pelas principais empresas de comunicação do país, o que, em tese, garantia a hegemonia dos valores burgueses em detrimento das camadas populares (*Nº 1, Jornal dos Jornalistas*, n. 9, 1986). De outro, o contexto envolve também o relacionamento das entidades sindicais dos jornalistas com o universo do novo sindicalismo que emergiu na cena pública em 1978 e era identificado pelos sindicatos que tinham origem e centro no setor moderno da economia, que defendiam sua autonomia diante dos partidos e do Estado, que tinham organização voltada para a base, que dirigiam seu ímpeto reivindicativo para os interesses dos trabalhadores que representavam e pautavam sua atuação política pelo confronto, tendo a greve como forma de ação (Santana, 1999). O marco de convergência política dos jornalistas em torno de suas entidades de classe foi o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, pela ditadura militar, em novembro de 1975. Os militantes sindicais tentaram, assim, deslocar os jornalistas das lutas gerais para as lutas corporativas e procuraram associar a imagem destes agentes como trabalhador em detrimento de outras formas de representação mais sedimentadas. O ápice desse movimento foi a greve dos jornalistas paulistas em maio de 1979.

A derrota dos jornalistas na greve ocorreu em virtude de fatores culturais, conjunturais e estruturais. Os culturais estão relacionados à heterogeneidade de posturas ideológicas existentes entre os jornalistas, o que dificultou o encaminhamento

de soluções de consenso pelo Comando de Greve, fazendo com que as assembléias durassem cerca de oito horas. Como fator conjuntural havia o fato de o país estar imerso numa ditadura militar, o que facilitava a intervenção da Justiça do Trabalho e a repressão do aparelho policial paulista sobre o movimento, determinando o rumo do mesmo. Os fatores estruturais estão relacionados às mudanças ocorridas no interior do jornalismo. A greve aconteceu em São Paulo, mas os jornais paulistas foram às ruas, pois a tecnologia da época permitia que um pequeno contingente de mão-de-obra que furou a greve os produzisse. Além disso, já havia no país uma rede de agências noticiosas que venderam matéria-prima para os jornalistas. Desta forma, a greve só causou prejuízo ao noticiário local.<sup>4</sup>

Isso nos leva ao segundo contexto. As mudanças estruturais não estão relacionadas somente ao âmbito interno das redações. O crescimento do mercado de assessorias públicas e privadas e de rádio e televisão levou os jornalistas a entrarem em conflito com duas categorias profissionais distintas, relações públicas e radialistas, na luta pelo monopólio do exercício profissional. Entre os profissionais de relações públicas, a luta era pela ocupação do mercado de assessoria.<sup>5</sup> Com os radialistas, a luta era para impedir que estes exercessem funções consideradas típicas de jornalistas, como repórteres-cinematográficos, provocando rebaixamento do piso salarial.<sup>6</sup>

A atuação dos sindicatos para moderar o conflito dos jornalistas com as outras categorias se deu em dois níveis. De um lado, tentou-se um acordo com o Conselho Regional de Relações Públicas e com os Sindicatos de Radialistas. Como os acordos mediados pelas entidades representativas fracassaram, restou o apelo ao próprio Estado para regulamentar de forma mais clara o exercício profissional no campo da comunicação, de forma a evitar os atritos entre categorias que nele atuavam.<sup>7</sup> De qualquer forma, o apelo à intervenção do Estado e a defesa da obrigatoriedade do diploma de formação superior em Jornalismo se tornaram centrais para as instituições de classe, a fim de impedir que a regulamentação profissional dos jornalistas ficasse submetida às incertezas do mercado.

A defesa da formação superior, neste sentido, se enquadra dentro da lógica da resistência e da tentativa dos Sindicatos de impor formas de controle ao exercício profissional que servissem de anteparo aos ditames normativos das empresas (manuais de redação). O código de ética unificado fez parte dessa lógica, tanto para disciplinar como para dar maior uniformidade às práticas profissionais.<sup>8</sup> Porém, os diversos sindicatos procuraram se organizar para estruturar suas comissões de ética. No caso do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro a comissão foi eleita na assembléia realizada no IX Encontro dos Jornalistas Cariocas de 1987, no qual foi aprovado um documento

que ressalta a responsabilidade do jornalista na luta pelo *controle popular dos meios de comunicação* e na *socialização da informação*. Daí a importância de o jornalista reiterar sua condição de *trabalhador*.

Uma das primeiras denúncias recebidas pela comissão de ética carioca foi de Ronald Barata, presidente do Sindicato dos Bancários, contra o jornalista Ancelmo Góes, na época editor da coluna *Informe JB*, no *Jornal do Brasil*. Ancelmo publicou nota intitulada “*Em causa própria*”, revelando o salário de Barata no exato momento em que os funcionários do Banerj entravam em greve por melhores salários. Barata era funcionário do Banerj e o seu alto salário gerou impacto negativo no movimento. Ancelmo afirmou que a nota era *verdadeira, mas infeliz*.

A submissão do jornalista à comissão gerou desconforto entre a categoria. Um dos seus integrantes, Marcos de Castro, demitiu-se do cargo. Afirmou ter feito parte da mesma com o intuito de *dar repercussão à transgressão permanente da ética por parte dos patrões* e que sentia-se *um verdadeiro Torquemada convocando companheiros para interrogatórios*. Afinal, o que era a comissão? Um tribunal de inquisição ou um instrumento de defesa da dignidade da profissão?<sup>9</sup>

Esta ambigüidade na forma de atuação sindical tem relação com a expansão dos cursos superiores de Comunicação nos anos 1970/1980, motivada pela obrigatoriedade do diploma para a prática da profissão. De um lado, havia uma preocupação das entidades sindicais em restaurar o prestígio dos jornalistas. De outro, os avanços tecnológicos e a formação de novos grupos ocupacionais deformavam uma certa imagem do caráter ético-político da profissão, segundo o qual o papel do jornalista como um porta-voz do público era uma herança do passado. Weber (2000) procurou mostrar como a transformação dos antigos cursos de Jornalismo em Comunicação Social não correspondeu a uma equivalência no prestígio e na distribuição das disciplinas específicas entre as habilitações de Publicidade, Relações Públicas e Jornalismo, cabendo aos jornalistas exercerem maior domínio e poder no interior da Comunicação. Neste sentido, não é de se estranhar que jornalistas tenham exercido sem maiores dilemas os papéis de relações públicas e publicitários, sem que estes últimos profissionais tenham exercido, pelo menos em número expressivo, o papel de jornalistas.

Isso não impediu que a obrigatoriedade da formação superior em jornalismo fosse vista com desconfiança por alguns jornalistas militantes. O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, José Carlos Monteiro, afirmou que com o diploma “as redações empobreceram de maneira clara e inequívoca. A existência do diploma espantou

das redações vários profissionais com formação sólida”.<sup>10</sup> Porém, esta não era a posição majoritária no interior da categoria. No geral, há o entendimento de que o estatuto de jornalista *profissional* é uma decorrência do decreto-lei 972. Conforme Antônio Carlos Félix Nunes, militante do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo,

foi a partir de 1969, quando saiu essa regulamentação, que adquirimos a condição real de profissionais, que há tempos já marcava demais categorias niveladas à nossa, como médicos, engenheiros, etc. Até então éramos marginalizados no mercado de trabalho, sistematicamente invadido por estranhos, no geral picaretas de todos os naipes.<sup>11</sup>

Nesse sentido, pode-se compreender a importância do diploma na estruturação do etos profissional do jornalista brasileiro. Muito embora houvesse fortes críticas ao viés técnico dado ao ensino do jornalismo nas universidades, diluindo o peso político da profissão; à falta de preparo dos docentes, vistos em geral como jornalistas não profissionais; e à ocupação crescente dos cargos de assessores de imprensa por jornalistas, vistos como um desvio ao espírito de missão que o jornalismo deveria ter, o diploma serviu para estruturar o senso de pertencimento desses agentes a uma categoria profissional, dando, no contexto dos anos 1980, uma relativa independência aos mesmos para ocuparem diversas funções no mercado de trabalho.

Os dilemas vividos pelos militantes sindicais tomam sentido nas palavras de David de Moraes, ex-presidente do Sindicato de Jornalistas de São Paulo, formado em Direito e Letras Vernáculas pela USP, jornalista desde 1957, forjado, portanto, no interior das redações. “Assessor de imprensa não é jornalista!” Mas, segundo ele, desde 1980 os jornalistas foram ocupando essa função. “O que a gente podia fazer? A gente tinha que ajudar. É um trabalho...”. Assim, com o tempo, ele foi revendo sua posição. Defendia uma formação superior, mas tinha dúvidas em relação à obrigatoriedade do diploma em Jornalismo. “Hoje, eu defendo. Sem o diploma, a gente é o quê?”<sup>12</sup>

O sentido de modernização da imprensa, iniciado em 1950, foi personificado na imagem de alguns jornalistas que, ao assumirem cargos de direção, exigiram, na maioria dos casos, uma espécie de salvo-conduto para conduzir o processo (Abreu, 2003). Mesmo durante a década de 1980, nomes como Evandro Carlos de Andrade (*O Globo*) e Augusto Nunes (*O Estado de S. Paulo*) deram direção e imagem a essa percepção de “modernidade”. O peso dos nomes revela os traços de continuidade com o passado, a dependência que esse movimento teve, nos dois momentos abordados.

A centralidade das discussões sobre os desvios gerados na prática do “bom” jornalismo pela incorporação deste às premissas de mercado impostas pelo determinismo tecnológico e pelo marketing diluem a presença dos outros agentes presentes no processo, impessoalizando o mesmo. As perspectivas que motivaram as ações sindicais foram apagadas e são, hoje, vistas como responsáveis pela atitude que o jornalista tomou como um “trabalhador como outro qualquer” (Abreu, 2003).

Evidentemente isso diz respeito à conformação que o campo jornalístico foi tomando durante a década de 1980. A necessidade crescente de aporte de capital e o fato de os principais jornais do país pertencerem a grandes conglomerados industriais não nos permitem mais pensar que a imprensa funciona como um partido, como um empreendimento típico da superestrutura ideológica. Esse tipo de pensamento foi esboçado por Gramsci para dar sentido ao papel político exercido pelos jornais na Itália durante a década de 1920. Mas será que hoje podemos pensar dessa maneira? Será que o jornalista ainda é um intelectual-orgânico?

Assim, durante a década de 1980, as empresas jornalísticas, ao assumirem a condução do processo de enquadramento das redações aos imperativos de mercado, utilizaram a objetividade mais como parâmetro normativo do que técnico. A objetividade pode ser percebida, nesse sentido, como instrumento importante para as empresas definirem um modelo de profissionalismo adequado a suas estratégias empresariais. E, de certa forma, a própria obrigatoriedade da formação superior em jornalismo contribuiu para isso, uma vez que a maioria dos profissionais formados nessas escolas cumpria estágios e outros trâmites que os ajudavam a se adaptar às exigências do mercado.

Nesse sentido pode-se questionar o papel de “resistência” exercido pelos sindicatos a esse processo. Otávio Frias Filho, em 1988, afirmou que a atividade sindical presente, desde meados dos anos 1970, no jornalismo brasileiro quis transformar o sentimento anticapitalista e romântico reinante na imprensa nos anos 1950 e 1960 em ares de ideologia da resistência e da revolução. Será? Primeiro, os reformadores dos anos 1950 não se consideravam nem românticos nem anticapitalistas. Conforme Alberto Dines, essa geração era muito técnica. Segundo, o papel exercido pelos sindicatos, como vimos, não foi só de resistência. Muito embora houvesse um discurso de cunho marxista por parte das entidades sindicais para tentar criar uma identidade de interesses entre os jornalistas por oposição à dos donos dos meios de comunicação e cunhar uma representação dos mesmos como *trabalhadores*, os sindicatos não se esquivaram de tratar de

questões de âmbito corporativo e lutaram para assegurar uma reserva de mercado para os jornalistas no interior da comunicação. Os atritos com outros profissionais da área, a preocupação com a inserção dos formados no mercado de trabalho, a luta por um piso salarial unificado nacionalmente, a jornada de cinco horas, entre outras demandas específicas, colocaram em pauta uma série de questões relativas ao exercício profissional que fazem dos sindicatos muito mais um agente da profissionalização do que heróis da resistência.

MARCO ANTÔNIO ROXO DA SILVA é doutorando do programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

## NOTAS

1 Ribeiro, 2000, p. 287.

2 Silva, 2005, p. 105.

3 Ver depoimento de Alberto Dines em *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

4 A greve dos jornalistas de São Paulo teve início em 23 de maio de 1979. As reivindicações: 25% de aumento salarial e imunidades para os representantes sindicais nas redações. O sindicato patronal ofereceu 16% de antecipação salarial. Houve impasse e o Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve ilegal. Logo depois as empresas demitiram cerca de 200 jornalistas. Ver Silva, 2003.

5 O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo mediou um debate cujo título, “Assessoria de imprensa: um mercado sob fogo cruzado”, nos dá uma idéia sobre a tensão entre jornalistas e relações públicas na luta pela ocupação desse mercado de trabalho. Ver *Unidade*, mar. 1982.

6 Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas, a tensão entre radialistas e jornalistas era decorrente de um “conflito de legislação fabricado pelo governo e pelo patronato”. Ver *Nº Um, Jornal dos Jornalistas*, dez. 1984.

7 O problema era que os Conselhos Regionais de Relações Públicas não reconheciam a identidade de classe entre essas duas categorias profissionais e tentavam, por meio de ações judiciais, garantir o mercado de assessoria para os profissionais formados em relações públicas. No caso dos radialistas, as cúpulas sindicais, taxadas de pelegas, foram acusadas de se aproveitarem da trégua promovida no Congresso dos Trabalhadores na área de Comunicação, realizado em Curitiba, para estimular os radialistas a ocuparem cargos nas empresas de rádio e televisão. Ver, respectivamente, *Unidade*, mar.1982 e *Nº Um*, dez.1984.

8 O código foi aprovado na XV Conferência Nacional dos Jornalistas realizada em setembro de 1985 no Rio de Janeiro.

9 Ver Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, 1990, p. 13-14, e *Nossa Pauta*, maio 1988, p. 7.

10 *Folha de S. Paulo*, 20 fev. 1986, p. 4.

11 *Unidade*, maio/jun. 1980, p. 10.

12 Entrevista concedida a mim em maio de 2006. O discurso de Moraes se refere ao papel que a entidade sindical paulista exerceu na inserção de seus filiados no mercado de trabalho. Em 1975, o Sindicato criou uma Bolsa de Empregos com a intenção de ampliar e garantir o mercado de trabalho para os jornalistas reconhecidos pela instituição. A fim de suprir as necessidades das empresas de comunicação e

outras em geral, seja para trabalho fixo, temporário ou mesmo de *free-lancers*, o Sindicato encaminhava currículos de profissionais como, repórteres, revisores, redatores, fotógrafos e diagramadores, propondo a estas a criação de jornais ou assessorias de imprensa, que ficariam sob a responsabilidade dos profissionais encaminhados pela Bolsa. A Bolsa foi também um instrumento importante para reconduzir ao mercado de trabalho os jornalistas demitidos na greve de 1979. Ver *Unidade*, ago. 1979.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves et al. *Eles Mudaram a Imprensa*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- ABRAMO, Perseu. *Um trabalhador da notícia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- CAREY, James W. The Dark Continent of American Journalism. In: MANOFF, Robert Karl; SCHUDSON, Michael (org.). *Reading the News*. Nova York: Pantheon Books, 1986. p.146-196.
- CHALABY, Jean K. *Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s*. *European Journal of Communication*, v. 11, n. 3, p. 303-326, 1986.
- COOK, Timothy E. *Government with the News: The News Media as a Political Institution*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- ETTEMA, James S.; GLASSER, Theodore. *Custodians of Conscience: Investigative Journalism and Public Virtue*. Nova York: Columbia University Press, 1998.
- GANS, Herbert. *Deciding What's the News: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Nova York: Pantheon Books, 1979.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V. 2.
- HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. Speaking of the President: Political Structure and Representational Form in U.S. and Italian Television News. *Theory and Society*, n. 13, p. 829-850, 1984.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1990.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. 2000. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta*. São Paulo: Olho D'água/Brasiliense, 1994.

- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: os bastidores da revolução de um grande jornal*. São Paulo: Publifolha, 2005.
- SILVA, Marco Antônio Roxo da. *Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979*. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, 2003.
- SINDICATO DOS JORNALISTAS Profissionais do Município do Rio de Janeiro. *Jornalistas, Pra Quê?* Rio de Janeiro, 1990.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado*. Rio de Janeiro: FVG Editora, 1997.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the News: a Social History of American Newspapers*. Nova York: Basic Books, 1978.
- SOLOSKI, John. O Jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa: Veja, 1993.
- TASCHENER, Gisela. *Folhas ao Vento*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- ZELIZER, Barbie. *Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1992.
- WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 2001.

## FONTES PRIMÁRIAS

- Unidade* – Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, Edições n. 49 (ago. 1979), n. 55 (maio-jun. 1980) e n. 65 (mar. 1982).
- Nossa Pauta* – Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, Edição n. 3 (maio 1988).
- Nº Um, Jornal dos Jornalistas* – Órgão Oficial da Federação Nacional dos Jornalistas, Edições n. 2 (dez. 1984) e n. 9 (maio-jun. 1986).